

## INTRODUÇÃO

As chamadas “Universidades Novas” – em Lisboa, Évora, Aveiro e Minho – foram criadas pelo Decreto-Lei nº 402/73, de 11 de agosto. Um pouco antes, em 1972, inserido na mesma tendência de renovação do ensino superior, tinha sido criado o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, hoje Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Estas mudanças extraordinárias no sistema universitário, da iniciativa do ministro Veiga Simão, conheceram grandes resistências por parte das elites políticas e académicas, reacias quanto à perda do monopólio de reprodução do conhecimento por parte das universidades clássicas. Mas nem o 25 de Abril de 1974, nem o período conturbado que se lhe seguiu, permitiram que o processo fosse interrompido. Criadas por lei do Estado Novo, as novas universidades começam a funcionar no quadro do regime democrático. Na verdade, o seu desenvolvimento vai acompanhar um processo mais vasto de democratização do país, não só em termos políticos, mas também em termos sociais, económicos e culturais.

A Universidade do Minho, no âmbito das comemorações do seu Cinquentenário (contado a partir da tomada de posse da sua Comissão Instaladora, a 17 de fevereiro de 1974), decidiu promover um vasto conjunto de atividades científicas, desportivas e culturais, nas quais se inseriu o Colóquio sobre “50 anos de Mudança e Inovação: As Novas Universidades no Contexto da Democratização Portuguesa”. Para a conceção e organização deste Colóquio, juntaram-se três outras instituições que são também protagonistas deste processo de desenvolvimento do sistema universitário português: a Universidade de Aveiro, a Universidade de Évora e o Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Os textos aqui reunidos resultam desse Colóquio, que decorreu em Braga, a 17 e 18 de abril de 2024, e pretendem abordar, sob diversos pontos de vista, a fundação e desenvolvimento das Universidades Novas, bem como a sua profunda imbricação com o processo de transição à democracia e com as transformações mais gerais da sociedade portuguesa e do seu entorno europeu e internacional.

A primeira parte desta obra, sob o título “**Percursos**”, abre com a contribuição do Professor José Ferreira Gomes, atual Reitor da Universidade da Maia e ex-Secretário de Estado do Ensino Superior. No texto intitulado *O sistema universitário português no pós-25 de abril*, o Professor Ferreira Gomes mostra que a história da evolução da coorte universitária conta-se em três fases: na década de 1975 a 1985 verificou-se um crescimento lento, mas bem sustentado; já no decénio de 1985-95 assistiu-se a um número de candidatos ao ensino superior de tal forma elevado que fomentou a criação, por vezes desregulada, de universidades privadas, que chegaram a receber mais estudantes do que o ensino público. Para dar resposta a esta demanda, foram implantados no terreno institutos politécnicos, já previstos no Decreto-Lei de 1973, em quase todas as sedes do distrito. Em 2000 verificou-se um estancamento, efeito da queda da natalidade. Atualmente, com mais de 50% da coorte jovem a ingressar no ensino superior, pode-se afirmar que o sistema português é muito comparável a um europeu, ou mesmo ao norte americano. No que se refere à investigação académica, verificou-se que os meios aplicados eram inicialmente muitos poucos, refletindo-se no diminuto número de doutoramentos concluídos. Mas a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia traduziu-se em inúmeros benefícios, sendo um deles a receção de fundos que permitiram a formação de gerações de doutorados e a criação de instituições de investigação aliadas às universidades.

Num texto sobre *O papel das novas universidades*, o Reitor Honorário da Universidade do Minho, Professor Sérgio Machado dos Santos, apresenta o seu testemunho através da experiência vivida na sua universidade. Depois de explicitar os fatores de inovação das novas universidades em geral, o autor ocupa-se do caso da Universidade do Minho (UMinho) e da sua capacidade para definir objetivos a atingir e estratégias para levá-los a cabo. A UMinho adotou uma visão estratégica. Foi criado um pensamento prospetivo através da nomeação da CI (Comissão Instaladora), no qual se adotou um modelo inovador de estrutura matricial. Com esta postura dinâmica na estrutura orgânica da universidade, foi originado o Conselho Científico da Universidade (CCU), em 1975, prevendo o Decreto-Lei nº 781-A/76 de 28 de outubro. Para além desta antecipação inovadora, a UMinho criou o Senado Universitário em 1985, com três anos de avanço sobre a Lei de Autonomia Universitária (LAU – Lei nº 108/88). Na dimensão do “como caminhar para o horizonte

definido”, o primeiro Reitor da instituição, Professor Carlos Lloyd Braga, exprimiu a sua visão para a UMinho: uma universidade de investigação. Neste sentido foram criados 9 centros de investigação, cobrindo a totalidade das áreas. Paralelamente, também se adotaram políticas institucionais orientadoras de uma forma integrada nos mais variados setores: investigação e desenvolvimento (I&D), ensino e aprendizagem, recrutamento e formação de pessoal docente, internacionalização e interação com a comunidade.

A Professora Teresa Carvalho, da Universidade de Aveiro, aborda o tema *Entre a inclusão e a desigualdade: O ensino superior português nos últimos 50 anos*. O seu texto refere o papel da Revolução dos Cravos na reforma profunda da educação, sendo que esta passou a ser considerada um direito e não mais um privilégio. Este processo de democratização afetou diversas áreas, incluindo o ensino superior, resultando no Decreto-Lei nº 402/73. Com esta legislação houve uma expansão relevante nas Instituições de Ensino Superior (IES), descentralizando-as geograficamente, o que teve como consequência direta o aumento de estudantes inscritos. A democratização também permitiu que o número de estudantes do género feminino aumentasse exponencialmente. No entanto, as desigualdades no acesso permanecem ainda hoje. Institui-se, paralelamente, um sistema binário, coexistindo universidades e institutos politécnicos. É referido também que o período pós-Revolução dos Cravos acarretou mudanças significativas no modelo de gestão universitária, começando com a Lei da Autonomia Universitária de 1988. Com este regime criou-se um ambiente mais dinâmico e flexível, onde a tomada de decisões era efetuada por órgãos como o Senado Universitário, no qual havia uma representatividade heterogénea de estudantes, professores e funcionários. Mas esta colegialidade foi depois diminuída pela ascensão do managerialismo. Teresa Carvalho dá ainda pistas para as principais áreas de protagonismo no futuro: atração e retenção de talentos, promoção da inclusão e diversidade, sustentabilidade ambiental e social.

O último capítulo desta Parte I, *A internacionalização como estratégia de sustentabilidade das instituições de ensino superior portuguesas*, é da autoria do atual Reitor da Universidade de Aveiro. O Professor Paulo Jorge Ferreira salienta que, no quadro da democratização do acesso ao ensino superior, a reforma histórica deu origem a um novo cenário: 4 universidades (Aveiro, Évora, Minho e Nova de Lisboa) e 18 institutos politécnicos ou escolas

superiores em Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Faro, Funchal, Guarda, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Tomar, Vila Real e Viseu. Mas após 50 anos de democracia há novos desafios emergentes, que carecem de soluções urgentes. Um deles é demográfico, ou seja, a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida na Europa, que se reflete numa redução de habitantes e numa população envelhecida. Perante esta alteração demográfica, que ameaça afetar negativamente as IES nas próximas décadas, é necessário redefinir a segmentação de públicos. Apesar da estratégia de sustentabilidade, com enfoque na internacionalização, não basta atrair e reter públicos externos, é imprescindível acolhê-los e integrá-los, proporcionando uma resposta integradora das suas necessidades atuais.

A segunda parte desta obra intitula-se “**Contextos**” e procura fornecer um enquadramento mais vasto para a evolução do Ensino Superior ao longo de 50 anos que as contribuições da Parte I exploraram. Num texto intitulado *A Gestão da Qualidade e as Novas Universidades no Contexto Europeu*, Maria João Rosa afirma: “Em agosto de 1973, o Decreto-lei n.º 402/1973 vem criar novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, definindo o regime das suas comissões instaladoras [...]. São, assim, criadas as Universidades Nova de Lisboa, de Aveiro e do Minho e o Instituto Universitário de Évora. Em 1974, a Revolução dos Cravos, ocorrida a 25 de Abril, vem iniciar um processo de democratização da sociedade portuguesa, o qual vai acolher o desenvolvimento das universidades criadas um ano antes. Estas são, portanto, universidades nascidas quase em democracia e cujo crescimento e consolidação ocorreram num regime democrático ao longo dos últimos 50 anos”. As páginas escritas transportam as novas universidades da reforma Veiga Simão para o âmago da análise e avaliação de diferentes indicadores da gestão de qualidade – uma temática indissociável da qualidade de ensino e da integração do sistema português no sistema europeu e global.

O Professor Jorge Gaspar, Professor Emérito da Universidade de Lisboa, introduz-nos na espacialidade para relacionar a implantação das novas universidades com o desenvolvimento urbano em Portugal. A sua abordagem – com lupa de geógrafo de Geografia Humana tecida com fios de memórias de história – reflete sobre os casos das Universidades do Minho e Aveiro, assim como sobre a nova universidade de Lisboa, para terminar com o caso

de Évora. Partindo do capital simbólico de universidade jesuítica de 1559, o Geógrafo traça-nos explicativamente o cenário da inserção e dispersão da universidade pela cidade, com alguma tendência para a polinucleação.

Ainda no domínio das temporalidades civilizacionais podemos contar com a abordagem do Professor Silvério Rocha-Cunha com o título *Pluriversidade, civilização numérica e democracia*, que nos leva pelos caminhos de inquietação cultural da velha Europa, neles inserindo o papel da Universidade como instituição matricial e de longa duração, mas também marcada por uma “pluriversidade” civilizacional. Este é um texto que inquieta a tranquilidade festiva e heroica dos 50 anos das “jovens” universidades em Portugal.

Na terceira e última parte da obra, parte-se do presente das instituições de ensino superior para explorar alguns dos seus principais “**Desafios**”. Assim, num texto sobre *Inteligência artística e/ou artificial*, a Professora Ana Telles usa como construção narrativa o itinerário histórico-institucional da Universidade de Évora (desde a data seminal de 1559) até aos dias da criatividade artística da Escola das Artes no palco do território-comunidade Alentejo 2024. A autora revela um olhar inquieto sobre o positivismo dos dados e inquire sobre o papel das artes e da cultura na promoção da região e do bem-estar das suas populações.

O texto do Professor Hugo Horta, da Universidade de Hong Kong, encerra esta obra propondo uma reflexão muito oportuna sobre os desafios que enfrentamos hoje e aqueles que se começam a desenhar num futuro emergente, tomando como referência os sistemas de ensino superior asiáticos. As principais marcas de mudanças nesses sistemas são discutidas a par de fortes transformações históricas, culturais, sociais, políticas e demográficas. Um dos processos mais evidenciados, a propósito destas mudanças, prende-se com a passagem de um sistema de elites para um sistema de massas e as suas consequências na reorientação da oferta e da procura e na relação com outras esferas que se articulam diretamente com o ensino superior, como a economia e o mercado de trabalho. Neste processo de massificação, os sistemas de educação superior deparam-se com desafios, identificados e discutidos por Hugo Horta, que importa salientar: o acesso e equidade na participação no ensino superior; o financiamento e a avaliação de processos científicos e educacionais; a acreditação, governação e internacionalização. De uma forma

mais específica, estes desafios devem ser refletidos à luz de mudanças demográficas, que têm tido consequências nítidas na caracterização da população que frequenta hoje o ensino superior nesses territórios; à luz das alterações tecnológicas e económicas que requerem uma reflexão não só ao nível dos currículos e das ofertas, mas também quanto às competências desenvolvidas e suas articulações com o mercado de trabalho; e, finalmente, à luz da necessidade de desenvolver uma base científica colaborativa sustentável a longo prazo à escala global.

*João Cardoso Rosas*, Universidade do Minho

*Alexandra Queirós*, Universidade de Aveiro

*Fátima Nunes*, Universidade de Évora

*Susana da Cruz Martins*, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa